



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 7.488, DE 2017

(Apensado: PL 4.110/2019)

Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para autorizar qualquer empresa a exploração de serviços postais e de telegrama, eliminando o monopólio estatal dessas atividades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para autorizar qualquer empresa a exploração de serviços postais e de telegrama, eliminando o monopólio estatal dessas atividades.

Art. 2º Ato do Poder Executivo deverá criar Sistema Nacional de Serviços Postais, que disporá sobre a organização e manutenção de serviços postais.

Art. 3º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT terá exclusividade na prestação dos seguintes serviços postais:

I - atendimento, coleta, triagem, transporte e distribuição no território nacional e expedição para o exterior de carta e cartão postal;

II - serviço público de telegrama; e

III - atendimento, coleta, triagem, transporte e distribuição no território nacional e expedição para o exterior de correspondência agrupada.

Parágrafo único. A exclusividade de que trata o **caput**:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otto Alencar Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219095423300>



I - terá duração máxima de cinco anos, contados da data de publicação desta Lei; e

II - poderá ser restringida por ato do Poder Executivo federal.

Art. 4º O Poder Executivo Federal fica autorizado a promover a transformação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, com sede no Distrito Federal.

§1º Fica autorizada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT a alterar seu estatuto jurídico para incluir outras formas de prestação de serviços de logística, utilizando quaisquer modais de transporte necessários para o desempenho de suas atividades.

§2º Na hipótese da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT ser incluída no Programa Nacional de Desestatização, a União deverá manter ação ordinária de classe especial que tenha poder de veto com relação aos seguintes temas:

I – Nome da empresa;

II – Domicílio da sede;

III – Transferência do controle acionário da companhia;

Art. 5º A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º O serviço postal e o serviço de telegrama podem ser explorados por qualquer entidade pública ou privada. **(NR)**”

Art. 6º Revogam-se os seguintes dispositivos da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978:



I – Parágrafo único do art. 8º;

II – Art. 9º;

III - §2º do art. 15;

IV – Parágrafo único do art. 26;

V – Art. 27;

VI - Art. 32;

VII – Art. 42;

VIII – Definição de “CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA”,
presente no art. 47.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 12 de maio de 2021.

Deputado Otto Alencar Filho
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Otto Alencar Filho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219095423300>

